

---

# Virgínia Quaresma nos trilhos da violência contra as mulheres<sup>1</sup>

*Virgínia Quaresma on the trail of violence  
against women*

Isabel Lousada

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da  
Universidade Nova de Lisboa

## DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2022.n47a485>

## RESUMO

Jornalista de renome internacional, Virgínia Quaresma foi capaz de romper barreiras e estereótipos, assim como de afirmar ser o feminismo uma consequência lógica do progresso da humanidade. Apostada na defesa da paz, aderiu a organizações pacifistas que pugnavam pela afirmação dos direitos humanos em Portugal e no mundo. O perfil esboçado fica aquém da personalidade carismática que se torna ícone do jornalismo português e do feminismo. Porém, a reportagem de investigação que faz no Brasil, na sequência de um feminicídio, é razão bastante para procurar ir (de novo) ao seu encontro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminicídio, Feminismo; Jornalismo; Virgínia Quaresma; Estudos sobre as Mulheres.

---

<sup>1</sup> O presente artigo resulta de uma comunicação apresentada ao XV Colóquio Internacional da AIEHM, em 2014, agora actualizada.

**ABSTRACT**

Internationally renowned journalist Virginia Quaresma was able to break down barriers and stereotypes, as well as claim feminism to be a logical consequence of progress. Committed to the defense of peace, she joined pacifist organizations that advocated the affirmation of human rights in Portugal and in the world. The sketched profile falls short of the charismatic personality that becomes an icon of Portuguese's journalism and feminism. However, her work as a research reporter in Brazil, following a femicide, is reason enough to recall her path.

**KEYWORDS:** Femicide; Feminism; Journalism; Virgínia Quaresma; Women's Studies.



Virgínia Quaresma, a repórter da vibração *ABC*, 20 -1-1921, p. 13

“Ser feminista<sup>2</sup> é a minha única carta de recomendação, o meu único título de glória no mundo intelectual.”

“Jornal da Mulher”, *O Mundo*, 3/9/1906, p. 4.

---

<sup>2</sup> “Feminismo” dá título a um extenso artigo assinado por Virgínia Quaresma - publicado em *O Século*, 12 de Maio de 1912, p. 2-6.

Virgínia Quaresma (1882-1973), nome pelo qual se veio a celebrar Virgínia Sofia Guerra Quaresma, pertenceu a um grupo de mulheres que pôde presenciar em Portugal o governo da monarquia constitucional, assistir ao regicídio, ver implantar a República, observar os seus retrocessos e experienciar o Estado Novo. Não quis a ventura que assistisse à revolução que haveria de restaurar a liberdade, em 25 de Abril de 1974. Morre a escassos meses da Revolução dos Cravos.

Só a longevidade da sua existência, pois morre quase centenária, lhe permitiu vivenciar momentos políticos, sociais e culturais tão distintos, alguns dos quais marcados pela dramaticidade bélica do flagelo inerente a duas guerras de natureza mundial, 1914-1918 e 1939-1945. Este aspecto será adiante retomado pela oportunidade da participação, precoce até, que Virgínia virá a ter em movimentos pacifistas de amplitude internacional.

Desempenhando papéis para os quais as mulheres durante muitos séculos tiveram que lutar, para a eles poderem aceder, torna-se pioneira na carreira jornalística (MARTINS, 1941, p. 83), considerada esta na acepção restrita do termo. Apesar de muitas outras mulheres terem integrado as fileiras, no advento de uma profissão maioritariamente masculina, como viria a ser a jornalística, nela se distinguiu associando-se a dois dos mais importantes jornais da capital. Ultrapassou em larga medida as publicistas e/ou as fundadoras de periódicos de cariz literário ou associados à defesa de causas restritas (sobretudo a feminista), ou mesmo aquelas que nela ingressaram pela prática assinando episodicamente textos de opinião em periódicos.

Revelar-se-á particularmente activa e empenhada no recurso à técnica da reportagem, seguindo a linha britânica, ainda colada à própria expressão utilizada: *interview*.

A notícia dada pela *República*, em 23 de Outubro de 1973, assinando o seu desaparecimento, regista:

Com 91 anos, faleceu em Lisboa, Virgínia Quaresma, natural de Elvas, que trabalhou largos anos nos jornais ‘O Século’ e ‘Capital’. Como jornalista distinguiu-se, particularmente, na cobertura de acontecimentos políticos, nomeadamente quando da implantação da República. Foi a fundadora de uma das primeiras agências de publicidade do país e, durante largo tempo, trabalhou no Brasil.

Embora fosse apologista do regime republicano, distingue-se desde logo de muitas das suas pares em lides feministas, por não ter integrado a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1908, assumindo-se adepta do completo afastamento do exercício da profissão de jornalista da militância partidária. Contudo, entenderia que a intervenção política, no sentido amplo do termo, não lhe passava à margem. Pelo contrário, entendeu que ser jornalista era uma forma de intervenção na causa pública. Intrépida combatente a favor da Paz, integrou a direcção do comité português da organização, iniciada em Dezembro de 1906 pela francesa Sylvie Flammarrion, “La Paix et de Désarmement par les Femmes”. Não fora antes, data desta altura o convívio mais próximo com vultos indissociáveis do feminismo português, como eram as médicas Carolina Beatriz Ângelo, Maria do Carmo Lopes e Adelaide Cabete, que ombreiam consigo na direcção deste comité.

Se a data de 18 de Maio de 1906, a comunicação de Olga Morais Sarmiento da Silveira, intitulada “o problema feminista”, assinala o primeiro episódio público declaradamente feminista, ao ter lugar a sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa, em que é formalizada a secção feminista da Liga Portuguesa da Paz, Virgínia Quaresma está indefectivelmente a ela ligada.

Mas antes seguramente se manifestara já a sua adesão ao pacifismo. Importa recordar que A Liga Portuguesa da Paz, fundada em 18 de Maio de 1899, para celebrar a abertura da Conferência de Haia, com sede na Rua dos Prazeres n.º 87, tinha como presidente Alice

Pestana, que assina os estatutos aprovados em sessão de 15 de Novembro de 1899, nos quais se pode ler:

É fundada em Lisboa uma sociedade de propaganda pacífica que toma o nome de *Liga Portuguesa da Paz* (Art.º 1). Esta sociedade defenderá por todos os meios ao seu alcance – jornalismo, conferências, publicações diversas, sessões públicas, etc. – o princípio da independência das Nações e da Liberdade dos Indivíduos, garantido pelo direito internacional, reconhecido pela arbitragem e pela gradual redução dos exércitos (art.º 2.º). (LIGA PORTUGUESA DA PAZ, 1899).

Alice Pestana revela pretender reforçar noutros pontos do país a “nossa Liga [Portuguesa da Paz]”. Note-se que é menos de quinze dias volvidos da sua constituição, em carta endereçada de Lisboa, a 28 de Novembro de 1899, que convida Ana de Castro Osório para ser “em Setúbal a nossa correspondente e representante” (BNP, Doc. 96).

Assinale-se, também, não descurar dar outra amplitude, que não meramente nacional, à Liga recém-formada. Assim, toma forma de letra o (art.º 3.º): “procurará estabelecer com as sociedades similares do estrangeiro relações que favoreçam a realização do ideal comum: *A Paz pelo triumpho do Direito.*” (LIGA PORTUGUESA DA PAZ, 1899, grifo conforme documento original).

Estas relações não se estabeleciam somente no plano associativo, embora a Sociedade de Geografia de Lisboa tivesse sido palco para inúmeras iniciativas na defesa do ideal pacifista, é de notar que Magalhães Lima, o vice-presidente da LPP discursara na noite de 13 de Fevereiro de 1900, a esse propósito afirmando:

[...] que viemos hoje aqui, em santa e doce peregrinação, manifestar a nossa solidariedade – a solidariedade portuguesa! – Perante o supremo ideal da pacificação humana, em que neste momento estão empenhados e vivamente interessados os espíritos mais cultos, mais nobres e mais generosos da terra. (LIMA, 1900, p. 3).

Donde se compreende que a política internacional jogava o seu lugar, escolhendo o autor de *A questão pacifista* (AMZALAK, 1911), para epílogo, o enxerto de *L'Oeuvre Internationale* de Magalhães Lima: “La paix universelle n’est pas un songe, ni une aspiration de visionnaires; un progrès donnera lieu à d’autre progrès et l’Humanité avance sans cesser vers par un idéal de perfection illimitée” (LIMA, 1897, p. 7). Não é difícil vislumbrar o fulcral papel da imprensa, como instrumento para fazer passar a Ideia Pacifista. Nas palavras de Moses Amzalak:

Vemos o jornal dando dia-a-dia novas luzes e sugestionando inconscientemente os que o lêem, e, portanto, tendendo sempre as ideias do leitor para as do jornal preferido. Eis o jornal como instrumento precioso para a implantação de qualquer ideia, e quando aplicado na propaganda do pacifismo, sem dúvida, um órgão valiosíssimo. (AMZALAK, 1911, p. 43).

Naturalmente e pelas suas condições sociais, a mulher é o melhor instrumento para a implantação do pacifismo e a maior inimiga da guerra. “[...] Ora, como infelizmente ainda não chegou a moda do Pacifismo, a Mulher apesar da sua boa vontade, não conseguiu fazer nada em favor dele, salvo pequenas excepções” (AMZALAK, 1911, p. 44-45). Nestas pequenas excepções, enquadra-se o perfil de uma mulher que não corria atrás de modas, mas que abraçava a ideia pacifista – Virgínia Quaresma. No artigo “Solidariedade Feminina”, em 26 de Abril de 1907, traça grosso modo o sombrio panorama em que se incluíam a vasta maioria das mulheres portuguesas:

[...] formadas por caracteres femininos que durante anos só conheceram as relações ‘espirituais’ dumas ‘senhoras vizinhas’, tagarelas e estúpidas e que, num belo dia, pela leitura duns artigos dos periódicos, pelos folhetins dos diários e pelas poesias nefilibatas duma revista se julgaram também literatas e doutoras – cujos di-

plomas são reclames que arrancam de vez em quando, com alarde, à imprensa faminta para encher papel. (QUARESMA, 1907).

Não deixa, contudo, de realçar os meios para que as mulheres alcancem outro patamar de intervenção, superando esta situação de minoridade, ao continuar a escrever:

Sim a solidariedade há-de fazer-se, repetimos. Mas, há-de vir das escolas, de entre essa mocidade entusiasta, generosa e ativa que hoje nobremente trabalha para um mesmo fim desprezando interesses esquecendo o prazer de mais um ano lectivo passado ou de uma carreira concluída.

Quando as mulheres portuguesas frequentarem mais as escolas, tiverem adquirido esse espírito altruísta que caracteriza e engrandece a academia, quando se habituarem à ideia de que o estudo, o trabalho e a convivência de todos os dias irmanam as almas, as confundem num grande abraço de confraternidade – então, sim, o feminismo há-de deixar de ser uma triste utopia entre nós, para ser uma grande força colectiva, solidária e consciente. (*O Mundo*, rubrica “Jornal da Mulher”, p. 4).

A importância de enquadramento face ao panorama internacional é sentida como premente pela jornalista que em 1907 assina a rubrica “Jornal da Mulher”. Diz-nos ela:

É inegável, por mais apaixonadamente que defendamos o ideal feminista, por mais ardentemente que desejemos e esperemos o seu legítimo triunfo que em Portugal se nota uma falta sensível de solidariedade no meio intelectual feminino.

É pela agregação e persistência dos esforços da mulher em todas as manifestações inteligentes da actividade produtiva que a pouco e pouco, numa evolução orgânica e progressiva, se hão-de ir impondo e implantando a razão, a justiça e a realidade das suas aspirações. É deveras admirável, ainda para os espíritos mais re-

fractários, a todo o movimento feminista, a marcha gloriosa que nos últimos anos tem feito a mulher inglesa, suíça, escandinava, alemã e americana, na conquista dos seus direitos sociais (*O Mundo*, rubrica “Jornal da Mulher”, p. 4).

Virgínia critica a desadequação do individualismo vendo nele a razão de entrave para o progresso social, tão urgente para a humanidade. Faz radicar nos movimentos associativos a alavanca para a renovação e para o fortalecimento de laços entre as mulheres, depositando neles e nelas, respectivamente, a esperança de um futuro mais solidário.

Sabemos que fez parte de inúmeras organizações feministas e femininas espelhando na prática a consubstanciação dos seus ideais. Ao integrar a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, em 1906, com cerca de 25 anos, é já dada como diplomada em Letras e tem como suas pares dirigentes as escritoras Olga Sarmiento da Silveira, Cláudia de Campos e as médicas Emília Patacho e Maria do Carmo Lopes e Domitila de Carvalho que além de médica foi também professora e escritora.

A organização dirigida pela feminista Sylvie Flammarrion – que procurava a via da paz de modo a ultrapassar os conflitos internacionais e cuja resolução seria assegurada mediante o recurso à arbitragem – também contou com o seu empenho. Aliás sabemos que em Portugal, durante o ano de 1907, foi anunciada no jornal *Vanguarda*<sup>3</sup>, (no qual se travou de razões a propósito da Liga Portuguesa da Paz, com Maria Veleda)<sup>4</sup>, uma petição a fim de tornar as guerras

---

3 17 de Março de 1907, p.1.

4 Cf. A “carta aberta” publicada na *Vanguarda*, em que Maria Veleda aborda Magalhães Lima, na qualidade de director do periódico, defendendo que nunca pretendeu hostilizar a secção do *Mundo*, “Jornal da Mulher”, “nem a sua direc-

doravante impossíveis, a fim de reduzir os impostos, a fim de aliviar os encargos militares e pedindo ao governo português para dar aos delegados da próxima conferência de Haia um mandato de proporem a arbitragem obrigatória em todos os conflitos internacionais. Tal facto não terá sido alheio à direcção do periódico estar assegurada por Magalhães Lima que, nessa altura, sabemos, presidia à Liga Portuguesa da Paz.

Pelo esboço que fomos traçando, resulta clara a faceta de cariz comunitário em que se enquadra a jornalista, avessa a modas, capaz de assumir liderança e militância, assumindo posições singulares (eventualmente radicais) no tocante à participação na vida partidária por jornalistas, como oportunamente aludimos, ao ter declinado o convite para integrar a LRMP por sentir irreconciliáveis o exercício jornalístico e a militância na Liga. Contudo, não extremara as suas posições, posto que chegou a discursar num Encontro promovido pela LRPP, denunciando as suas simpatias republicanas, dado que um jornalista não deixa de ter as suas convicções.

Vimos anteriormente que advogava a favor do colectivo em detrimento do individualismo. Assim, compreendemos que abraçando a profissão tenha encontrado nos seus companheiros de redacção verdadeiros camaradas. Como, aliás, a maioria dos que a retratam fazem questão de deixar saber.

Habilitada para a profissão, Virgínia Quaresma foi das primeiras mulheres a licenciarem-se pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exerceu com mestria os preceitos, já que era dotada de uma es-

---

tora [Virgínia Quaresma que] Fez umas apreciações que, parece, foram descaídas. Não mudei de opinião: mas, entendo que não devo insistir, desde que a minha desaprovação levanta tamanha celeuma e provoca tanta inimizade. (...) Assim, prefiro retirar-me da arena vencida, mas não convencida.” (Jornal *Vanguarda*, 10 de Agosto de 1906, p. 2).

crita elegante, sóbria e cuidada, venceu os preconceitos, já que quanto à competência só a poderiam exaltar. Esteve à frente de *Alma Feminina* (6/5/1907 a 2/1/1908), na qualidade de secretária da direcção, a qual era assegurada por Albertina Paraíso. A sua presença como colaboradora nas redacções dos jornais *O Século* e *A Capital* foi notada. É a esta elvense que se deve a fundação da primeira agência de publicidade no jornalismo, fazendo jus à pesquisa levada a cabo pela investigadora e jornalista Maria Augusta Seixas (SEIXAS, 2004). Não obstante, se atentarmos na entrada biográfica redigida para uma das obras de referência de consulta obrigatória em trabalhos desta natureza, *Dicionário de Mulheres Célebre*, já aí se afirma este importante facto, apesar de os dados aí coligidos serem breves. Atente-se na seguinte transcrição:

QUARESMA, Virgínia (1882-1973). Jornalista, natural de Elvas. Trabalhou durante muitos anos nas redacções de *O Século* e *A Capital*. Fundou uma das primeiras agências de publicidade jornalísticas. Distinguiu-se bastante na reportagem de acontecimentos políticos, nomeadamente, quando da implantação do regime republicano, em 1910. Foi a primeira mulher que exerceu a profissão de jornalista em Portugal. Durante muito tempo, permaneceu no Brasil onde igualmente exerceu grande actividade jornalística. (OLIVEIRA, 1981, p. 1080).

Ainda que a atribuição da primazia no mundo do jornalismo possa ser fonte de controvérsia, o mesmo não acontece com a sua iniciativa ligada à publicidade, nesse sentido, teremos sempre de a reconhecer meritória e de louvável espírito empreendedor.

Voltando ao texto de Américo Lopes de Oliveira, e no sentido diametralmente oposto, virá a encontrar-se a extensa e profusa notícia biográfica de Alzira Seixas, para o *Dicionário no Feminino* (SEIXAS, 2005). A leitura deste texto constitui uma magnífica síntese da vida e obra daquela que foi a sua biografada para efeitos de dissertação de Mestrado.

Anna Klobucka, autora de relevo em Portugal, oportunamente notou a filiação do trabalho de Seixas. A este propósito é assinalável o modo como o faz:

Turning now to Virgínia Quaresma, the only large-scale and detailed account of her life and work can be found in a recent (2004) MA thesis by Maria Augusta Seixas. It is, however, not from Seixas but from another source that we are able to learn Quaresma was publicly known to be a lesbian: in her biography of Maria Lamas, Maria Antónia Fiadeiro registers Lamas's first job as a journalist, at the Lisbon branch of Agência Americana de Informação directed by Quaresma, as well as the reasons that led her to abandon her employment:

No seio da família criticava-se a proximidade que [Lamas] mantinha com Virgínia Quaresma, que vivia instalada [no] Hotel Palace, pois era uma pessoa 'que não tinha preferência pelas ligações masculinas' e que mantinha desde há anos, justamente, uma relação amorosa com a Maria Torres... É o irmão de Maria Lamas... que a põe ao corrente dos factos e de guarda em relação à sua reputação. Maria Lamas sai do emprego e inicia a sua época de colaborações jornalísticas intensas em almanaques e revistas e, sobretudo, [no] jornalismo infanto-juvenil. (1999: 96-97)<sup>5</sup>

Although Seixas relies in her thesis on Fiadeiro's research, she does not mention this episode or Quaresma's lesbianism at all and attributes no significance whatsoever to the atmosphere of homophobia that (at least in this instance) affected adversely Quaresma's profes-

---

<sup>5</sup> I am quoting from Fiadeiro's MA thesis on Maria Lamas rather than from its book version, published in 2003, because the former was the source for Seixas's study of Quaresma. The passage included here is reproduced in a slightly reworded manner in Fiadeiro's book (e.g., "relação íntima" is substituted for "relação amorosa"). The quoted statement that Quaresma "não tinha preferência pelas ligações masculinas" is taken from recorded interviews with Lamas, conducted in 1973-74 by Maria Antónia Palla and Jacinto Baptista.

sional career in Portugal and was likely a contributing factor in her decision to settle in Brazil, where she worked for a few years in the 1910s and moved for good in 1933. In both cases she took with her female companions: the first one, poet Maria da Cunha Zorro, for whom Quaresma arranged employment at the same newspaper in Rio that had hired her, died suddenly in 1917, which may have influenced Quaresma's decision to return to Portugal shortly thereafter; the second was the widow of a journalist friend of Quaresma, known only by her husband's name as 'Madame Silva Passos' and variously referred to in Seixas's sources as Quaresma's 'governanta,' 'dama de companhia' or 'cooperadora' (189). The two women lived and traveled together for thirty years; yet, Quaresma's despair and helplessness following Silva Passos's death in the early 1960s is attributed by the witnesses interviewed by Seixas to Quaresma's inability to take care of her material needs: 'A Dona Virgínia ficou muito, muito desorientada com a morte da governanta. Era ela que lhe tratava de tudo desde a roupa a dar-lhe banho. Está a ver, já tinha mais de 70 anos quando a governanta morreu e não sabia fazer nada em casa, já só tinha forças para o jornalismo'. (KLOBUCKA, 2009, s.p.).

Apesar dos aspectos de ordem íntima não serem objecto do nosso estudo, pensámos não dever abdicar de incluí-los, visto que fazem parte da história de vida tal como esta tem vindo a ser reconstituída pelas pesquisas realizadas.

Em rigor, a decisão de atravessar o Atlântico para estabelecer morada no Brasil encontra-se numa confluência de sinergias. Por demais evidente, a proximidade partilhada com Maria Cunha Zorro, que a acompanharia, terá pesado, tanto mais que a jornalista se mostrara consciente que uma sociedade fechada e de limites tão estreitos favorecia a homofobia e a mesquinhez. Acusando o fardo que as mulheres carregam face à "sociedade actual que as recebe como escravas dos seus preconceitos e as torna mártires dos seus códigos" (*O Mundo*, 26 de Abril de 1907, p. 4). Assim, primava a atmosfera de

maledicência e o atrevimento insolente com que muitos espíritos mesquinhos de mulheres atacam outras que só lhe deveriam valer admiração, simpatia e reconhecimento, seria mentirmos à face de incidentes ignominiosos que, de quando em quando registamos com mágoa e vergonha. (*O Mundo*, 26 de Abril de 1907, p. 4).

Embarca para o Rio de Janeiro em 1912 com Cunha Zorro, onde exercerá a profissão que elegera. Ambas serão parceiras no diário brasileiro, *A Época*. Fixam residência no país irmão até a partida de Virgínia para Portugal. As colunas do periódico serão também testemunho da vivacidade da relação entre ambas pois que em dada altura é possível encontrar uma interpelação de uma a outra nas colunas que assinavam.

O dia 5 de Maio de 1915 marca o início da viagem de regresso a Portugal de Virgínia Quaresma (DA CRUZ; CASTRO, 2021, p. 409). A escritora era filha de mãe brasileira e pai alentejano (segundo informações que constam na certidão que agradeço ao professor Eduardo da Cruz ter-me disponibilizado) natural de Moura, de seu nome Francisco Zorro, era sobrinha do grande filólogo Cândido de Figueiredo, de quem se conta fora depositário das primeiras composições poéticas, *post mortem*, entregues para publicação ao *Diário de Notícias* em 25 de Janeiro de 1917.

Também, no Brasil, a sua pena foi louvada. Para além da escrita, era exímia e requisitada conferencista. A obra *Poetisas Portuguesas* alude ao facto de ter sentido em vida o ostracismo a que determinadas opções a votaram. O Brasil, país de horizontes mais largos, acolhera escritora e jornalista. De Virgínia Quaresma muito foi relatado face ao seu envolvimento estratégico entre os periódicos que oportunamente a contrataram.

Aí se notabilizou pelos seus já mencionados atributos, mas a razão que a fez ser actualmente escolhida para ilustrar este ensaio pren-

de-se com um dos momentos paradigmáticos na sua expressão jornalística, afirmando-se pelo pioneirismo no jornalismo de investigação. As entrevistas políticas eram invejadas pela vivacidade que Virgínia lhes conferia. Também agora se revela fundamental na defesa dos direitos humanos a eficaz intervenção dos *media* para combater flagelos como os que transversalmente marcam tragicamente a sociedade contemporânea – a violência, em especial a violência doméstica e o femicídio.

Os dados apresentados no tocante às mortes ocorridas devido à violência doméstica são confrangedores e clamam a atenção de governos, governantes e demais forças sociais. Espanha e Portugal, países vizinhos, também aqui estão unidos pelos aviltantes dados relativos à tragédia humana em que todos, de um modo ou outro, somos potenciais responsáveis. A legislação cabe aos legisladores. Em Portugal, a violência doméstica já se reveste de particular acuidade no sentido de ser crime público. Louvem-se as instituições e as governanças que o permitiram. Não sem luta, não sem oposição. Há hoje, em pleno século XXI, neste mesmo ano, rumores de que existem facções que pretendem retirar essa prerrogativa legal no nosso país. Todos os esforços serão necessários. Estar/mos atentos/tas é fundamental, urgente e determinante. As movimentações silenciosas fazem-se obviamente sem ruído. Mas há quem esteja, como outrora esteve Virgínia Quaresma, em guarda. O que esta jornalista fez em favor de uma mulher de quem se esqueceu hoje porventura o nome, como de tantas se esquecem os rostos e as vidas, foi muito. Foi, aliás, muitíssimo. Ela foi capaz de despoletar e captar a atenção num periódico de primeira linha, no país irmão, seguindo como se de um romance policial se tratasse, o caso de João Barreno, o poeta glamouroso e boémio, que depois de praticar o hediondo crime de homicídio conjugal se pusera em fuga. Pudera ter somente relatado o caso, mas a faceta humanista e de jornalista de acção de Virgínia

Quaresma não a travou aí. Antes, fez questão de seguir, como um Poirot no feminino, a investigação do crime. Atribui-se-lhe a ela, e Maria Alzira Seixas bem o refere, o êxito no aprisionamento do poeta que, após ver seu nome nos escaparates de jornais, sentira mais dificultado o seu processo de fuga pela ampla divulgação que dele era feita. Assim se terá visto forçado a entregar-se. Mas a sua história era a outra história, uma história que pretendia dissimular o acto de modo ínvio. Pretendia-se “Tapar o sol com a peneira”. A razão, ou as razões invocadas, não deixavam ninguém indiferente. Incrédulos ou hilariantes, os argumentos multiplicavam-se, como numa saga. Mas mais grave a constatação: não era de um romance que se tratava. Ao invocar ter estado debaixo de uma “possessão”, o poeta dizia ao mundo ter sido possuído por uma força incontável e invisível, o que era a um só tempo, difícil de comprovar e porventura também de desmentir. A absolvição desejada para o crime praticado assentava nesse argumento e nele a esperança do criminoso.

Na verdade, sabemos pelos relatos coevos, alguns transcritos pelo jornal em que Virgínia assinava, terem sido muitas as senhoras a assistir ao julgamento.

A inevitabilidade dos factos nunca fora razão para inibir a escritora portuguesa em divulgar a crueza de alguns dados. O que a levará a pronunciar-se em torno dos valores apresentados para caracterizar o índice de alfabetização feminina em Portugal na crónica feminista que assina em 9 de Fevereiro de 1907 intitulada: “*O que pode e deve ser o feminismo em Portugal em face de 2406245 mulheres analfabetas*” (*O Mundo*, “*Jornal da Mulher*”, 9 de Fevereiro de 1907, p. 4) e de como, no seu entender, socialmente urgia inverter esses números, reconhecendo que se devem fundar, antes de tudo o mais, escolas. Nesta conjuntura, alerta:

É necessário que as feministas portuguesas tracem um programa criterioso de acção prática. Ponham-se de parte exaltações ridículas, ideias prematuras, combates tão violentos como inúteis e coliguem-

-se fraternalmente as intelectuais portuguesas, a fim de contribuir para que decresça este número aterrador de analfabetos. Lembrem-se de que a ‘educação’ está tão pouco difundida em Portugal como a ‘instrução’ e de que certas doutrinas, expostas no nosso meio feminino tão ignorante e inconsciente, trazem retrocessos sociais e não os progressos que, por ignorância ou por uma quimera desculpável, se julgam assim atingir. Não estamos na Inglaterra nem nos Estados Unidos; encontramos-nos em Portugal com uma percentagem de analfabetos que nos deve envergonhar e fazer acordar a voz da consciência. Não é, positivamente, em entrar no campo da política e perder todas as ilusões religiosas, que deve consistir a propaganda do feminismo nas condições actuais da mulher portuguesa. (*O Mundo*, “Jornal da Mulher”, 9 de Fevereiro de 1907, p. 4).

A ela, aliás, devem-se acutilantes intervenções sobre a importância da cidadania, a educação e a sã convivência entre homem e mulher. Daí que argumente a favor da co-educação.

Quando as mulheres portuguesas frequentarem mais escolas, tiverem adquirido esse espírito altruísta que caracteriza e engrandece a academia, quando se habituarem à ideia de que o estudo, o trabalho e a convivência de todos os dias irmanam as almas, as confundem num grande abraço de confraternidade – então, sim, o feminismo há-de deixar de ser uma triste utopia entre nós, para ser uma força colectiva, solidária e consciente. (*O Mundo*, *Jornal da Mulher*, 26 de Abril, 1907, p. 4).

A educação estava, em seu entender, na esteira da promoção desses valores universais.

Entendemos, pois, a sua atitude, não desviando a atenção de um caso, entre mil outros iguais, em que sucumbiam às mãos dos seus agressores, as vítimas, fruto de maus tratos continuados ou episodicamente perpetrados. A impunidade era o mais comum, até aos nossos dias.

Coloca-se agora a questão central: não será a impunidade sentida de tal modo, que iniba as vítimas de participarem dos seus agressores? Esta é uma questão candente.

A par dessa, outra emerge: que percepção temos de violência, nós, os homens e mulheres habitantes deste planeta finito, em infinitas agressões?

Que outras facetas não podem, em nosso entender, ser descuradas?

Quais as situações reais oferecidas socialmente às e aos vitimada(o)s? Que futuro de felicidade lhes será permitido? E, no fundo, tudo se poderá travar a esse nível? Por um lado, as barreiras legais, ainda que em determinados pontos do globo, é certo, começam a cair ou a desvanecer-se face às pressões de grupos e instituições. Contudo, muralhas de outra natureza começam a despontar ou, pior ainda, a deixar antever a ponta de um incontrolável *iceberg*. A violência generalizada como resposta às impossibilidades. A adversidade tida como inimigo número um é violentamente combatida, ao invés de se procurar ultrapassar vicissitudes pelo raciocínio, fazendo uso da faculdade distintiva entre animais racionais e irracionais. E, neste caso, note-se, merece especial atenção o facto de ser invulgar entre os irracionais o combate entre os da mesma espécie, a não ser por questões de sobrevivência.

O repto que nos lega Virgínia Quaresma na abordagem feita, nos periódicos, pelo recurso à palavra, fazendo jus à capacitação por si alcançada, no combate à violência, em particular no acompanhar do caso João Barreto, pode ser visto como estudo de caso. Pois, através daquela que parece uma mera tarefa, consegue-se mobilizar e recrutar para causas de inegável peso e mais valia social. Quando em *A Capital*, quatro anos mais tarde, a jornalista se refere ao modo como fora cobrir o acontecimento, confessa ter sido “a minha estreia como repórter de crime” (*A Capital*, 20 Agosto de 1916, p. 2.). Mas como fora escolhida?

Do mesmo modo como fora contratada para *A Época*, por mérito próprio em provas já dadas. O reconhecimento advinha do bom uso feito das suas capacidades aliado ao não menos importante leque de relacionamentos institucionais e pessoais. Magalhães Lima, aliado de outrora, também ele nascido no Brasil, continuava a ser “recrutado” para a causa da união desejada entre os dois povos irmãos pelo humanismo e pelo pacifismo, a que o periódico *Portugal-Brasil* faz jus.

A reportagem, geralmente mais vedada às jornalistas, mas oferecida a Virgínia Quaresma, faz, da recém-chegada ao Rio, repórter enviada a Niterói. Tratava-se de uma notícia de peso, o homicídio de Anita Levy pelo seu marido, desta feita visto como “crime sensacional”. Na primeira página de *A Época*, de 4 Dezembro 1912, escreve: “O inferno do ciúme. Um marido assassina a mulher a tiros de pistola e, após a confissão do crime, evade-se”.

Retenhamos por ora a nossa atenção neste que parece um mero pormenor. O modo como este crime foi visto – hediondo, mas não por isso mais relevante – assume foros de primeira página ao ter na sua envolvente – nomes sonantes. Um redactor da câmara dos deputados, poeta da nova geração brasileira, João Barreto, familiar do académico Sílvio Romero. Mas a este aspecto juntava-se um outro “ingrediente” a bem da popularidade do caso: o espiritismo. A prática comum e de grande impacte até pela espectacularidade em torno do argumento alegado pela defesa – ao dar-se como possuído, não agindo por sua livre vontade. Ora, o poeta era sobejamente conhecido pela vida boémia e de alcoolismo que o aprazia, era ainda popular pelo ciúme doentio que nutria por sua jovem e bela mulher. Eis a razão. A antítese brutal colocada entre a razão da ciência e as ciências ocultas. Perante tais circunstâncias, não estranhámos ter sido Virgínia Quaresma a escolhida para cobrir o acontecimento.

Maria Augusta Seixas, a sua mais recente biógrafa, não hesita em considerar que foi “a sua persistente investigação que o levou (ao assassino,

João Barreto) a julgamento, numa época em que matar uma mulher alegando infidelidade era coisa corrente” (SEIXAS, 2009, (s/p.)).

O silêncio acompanhava a maior parte das vezes as vítimas de agressões. Ao Instituto de Medicina Legal de Lisboa chegava uma ínfima parcela de casos, como nos deixa saber Rita Garnel ao longo do seu estudo *Vítimas e violências na Lisboa da I República* (GARNEL, 2005).

Daí dever ser assinalada a persistência de Virgínia Quaresma, incansável na demanda de justiça, uma vez ilibado o algoz do crime no primeiro julgamento a repórter não se dá por vencida. Sensível à relevância da acção de Quaresma, narra entusiasticamente, em 1921, o *ABC*:

Não se contara, porém, com a *Época*, não se pensara que, tratando da reportagem sensacional que fizera descobrir, numa fazenda do interior, o criminoso, ou que, pelo menos, o atirara para o tribunal, estava uma mulher inteligente a querer vingar outra; e então as entrevistas feitas com homens de grande capacidade científica surgiram com os detalhes da noite do crime e como o poeta a passara. A rude campanha começava, ou antes, continuava, formidavelmente, e a opinião pública voltava a apaixonar-se.

- Nada de duendes, nada de fantasmas, nada de espíritos...

Um crime, uma mulher morta, outra mulher a defender a sua memória, a querer vingar o crime de que ela fora vítima.

João Barreto foi de novo preso e desta vez, condenado. (*ABC*, de 20 de Janeiro de 1921, p. 12-13).

O modo como Virgínia Quaresma denuncia o homicida é louvável até pelo colorido que as suas palavras nos oferecem debaixo de uma caixa jornalística que não podia ser melhor escolhida: “Bruxos, Magos, Nigromantes” (QUARESMA, 1916, p. 2.)

Na sociedade coeva, sobejava terreno fértil para o crime praticado em variadas instâncias. Os jornais diários, matutinos ou vesperti-

nos, já nos finais do século XIX, procuravam motivo de assunto para alimentar as suas colunas.

*O Mundo*, a 2 de Fevereiro de 1908, período em que Virgínia Quaresma dirigia a secção “Jornal da Mulher”, ocupa grande parte da página dois noticiando: “No Rio de Janeiro, um drama de sangue: marido que mata a mulher-crime de adultério-sedutor covarde-fuga do criminoso”. Ao longo da notícia, os leitores são conduzidos a lamentar o pobre homem, a quem a mulher adulterava enquanto ele procurava assegurar o sustento do lar. Pese a diferença, este exemplo serve o propósito de ilustrar o modo como a apropriação dos factos pode levar a formar opinião. Quando se passa para o nível dos instrumentos de larga amplitude, como os *media*<sup>6</sup> contemporâneos, estes aspectos são exponenciados quer pela abrangência quer pela velocidade a que hoje se processam universalmente.

Como podemos, hoje em dia, aderir a este(s) modelo(s) perniciosos de condução de massas? Ainda que estejamos toda(o)s empenhada(o)s nesta causa, na denúncia da violência, seremos pouca(o)s. Sabemos. A urgência toma forma.

A própria democracia, enquanto prática, é posta em causa. A demagogia é de tal forma perniciosa que leva a abdicar do fundamental pelo acessório. Do tangível pelo inacessível, criando fontes de insatisfação constante com recurso permanente ao uso da força

---

<sup>6</sup> Note-se que a utilização feita do termo segue a definida por João Pissarra Esteves: “O termo *media* é aqui assumido num sentido próprio e específico (...). Neste momento, porém, a preocupação circunscreve-se aos modernos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica da experiência humana: os *media*, por conseguinte, apenas nesta acepção precisa, que muito embora apresente alguma afinidade com o sentido habitual que este termo hoje em dia encontra ao nível da linguagem comum, dele pretende também distanciar-se enquanto sua apreensão crítica.” (ESTEVES, 2005, p. 13).

tendente a eleger o mais apto como o mais forte. Num darwinismo desajustado transferido do plano natural para a ordem social. Esse pseudo-darwinismo social conduz à verdadeira tirania do *survival of the fittest*. A procura de legitimação pela inércia de um autoritarismo generalizado e compulsivo é irreconciliável com a negociação e a via pacífica. Assim, é condenável a apatia, a inércia, a resignação. Premente é a luta isenta e plural pela afirmação do direito à vida. Crime é atentar contra ele. Constatando que quaisquer derivados resultam em paliativos contra o mais elementar princípio da defesa dos direitos da humanidade. Condescender é crime.

Em comunhão com Virgínia Quaresma, tenderíamos a eleger os corpos sociais e os elementos constitutivos da Nação para boas práticas. A saber, hoje como ontem, é imperativa a mudança pela:

Percepção e tomada de consciência – divulgação de dados – perspectivar novas propostas, educação e cidadania – negociação – emergência de novos modelos pelo exercício dos mecanismos facilitadores da promoção da igualdade - e da justiça social – reactivar redes de proximidade.

Mudança esta, a promover pela capacitação e mobilização de todos os agentes envolvidos, viabilizando o tão desejável distanciamento de *lobbies*. Donde a importância assumida pelos diversos órgãos de comunicação social ser determinante até pela razão directa de se tornarem os responsáveis pela *Agenda*. Sumamente identificada com o quarto poder, viria agora a reforçar a soberania, a independência, leia-se, a independência do poder judicial, na relação necessária entre os poderes executivo e legislativo.

Passados vinte e dois anos do Centenário da proclamação da República Portuguesa, com oportunidade colhemos a síntese de Magalhães Lima, vulto inigualável, ponte de duas nações irmãs, que dela fez seu ideal:

A liberdade individual e a independência económica que são os dois principais problemas modernos, hão-de tornar a guerra impossível, num futuro mais ou menos próximo. Quais são, porém, os meios para atingir esse ideal sagrado?

Apontarei três – a arbitragem, o desarmamento e a federação, - para não falar da família, onde o predomínio da mulher, anjo tutelar, pode ser decisivo sobre o coração dos filhos, dos irmãos, dos esposos e dos pais; para não falar na escola, onde é profunda e eficaz a influência do professor nos espíritos dos alunos; para não falar na conferência, no livro, no opúsculo que são outros tantos factores de progresso e de conquista moral. (LIMA, 1900, p. 18).

Esta homenagem, a finalizar, queremos prestá-la a Virgínia Quaresma, obreira da paz comungando do mesmo ideal. Quis fazer da liberdade a sua maior causa; e como feminista soube dar novo sentido à luta das mulheres envolvendo-as nas batalhas pela educação. Aquilatou nova(s) esperança(s) a um universo carente de humanidade e justiça.

Encontrou razão maior para defender as silenciadas a quem a violência conjugal arrebatara à vida. Emprestou-lhes a sua própria voz pela escrita...

E depois e antes dêste quantos casos ela viu que formariam muitos dêsses volumes que são a dramática existência ou a cómica vida daqueles que palmilham este mundo e que, numa hora ou num momento, acham o seu caminho para a notoriedade. (ABC, de 20 de Janeiro de 1921, p. 13).

**RECEBIDO:** 11/01/2022 **APROVADO:** 29/04/2022

#### **REFERÊNCIAS**

S. A. Virgínia Quaresma, a repórter da vibração. *ABC – Revista Portuguesa*, 20 de Janeiro de 1921, p. 12-13.

AMZALAK, Moses Bensabat. *A questão pacifista*. Lisboa, [Tip. La Bécarre], 1911.

BNP, *Espólio Castro Osório*, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, N12, documento 96.

DA CRUZ, E; CASTRO, A. “O primeiro ‘repórter’ feminino do Rio de Janeiro”: Virgínia Quaresma no Brasil. *Convergência Lusíada*, v. 32, n. 46, p. 386-432, 9 out. 2021.

ESTEVES, João Pissarra. *O Espaço Público e os Media. Sobre a comunicação entre normatividade e facticidade*. Lisboa: Colibri, 2005.

GARNEL, Maria Rita Lino. *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

KLOBUCKA, Anna M. Summoning Portugal’s Apparitional Lesbians: A To-Do Memo, In *Association of British and Irish Lusitanists, National University of Ireland at Maynooth, 11-12 September 2009*, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/190256/\\_Summoning\\_Portugal\\_s\\_Apparitional\\_Lesbians\\_A\\_To\\_Do\\_Memo\\_](https://www.academia.edu/190256/_Summoning_Portugal_s_Apparitional_Lesbians_A_To_Do_Memo_). Acesso em: 09 Jun. 2022.

LIGA PORTUGUESA DA PAZ. *Estatutos*, 1899.

LIMA, Magalhães. *A Paz e a Guerra*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, 1900.

LIMA, Magalhães. *L’Oeuvre internationale*. Paris: Giard & Brière, 1897.

LOUSADA, Isabel. Feminismo en la voz de una periodista feminista. Virgínia Quaresma. *Anais do XV Coloquio Internacional de AEIHM*. Mujeres y Historia: Diálogos entre España y América Latina, 2014. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/13925>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941.

OLIVEIRA, Américo Lopes (1981). *Dicionário de Mulheres Célebres*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1981.

QUARESMA, Virgínia. *Solidariedade Feminina*, *O Mundo* “Jornal da Mulher”, 1907.

\_\_\_\_\_ O que pode e deve ser o feminismo em Portugal em face de 2406245 mulheres analfabetas. *O Mundo* “Jornal da Mulher”, 1907.

\_\_\_\_\_. Bruxos, Magos, Nigromantes. *A Capital*. 20 de Agosto de 1916, p. 2.

SEIXAS, Maria Augusta. *Virgínia Quaresma (1882-1973). A primeira jornalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. Virgínia Sofia Guerra Quaresma. In: Z. O. C. & J. E (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX –XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 889-895.

\_\_\_\_\_. “Virgínia Quaresma”. In *As Mulheres e a República. Agenda Feminista 2010*. Lisboa: UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta & Faces de Eva Estudos sobre a mulher, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

#### **MINICURRÍCULO**

ISABEL LOUSADA é investigadora auxiliar de nomeação definitiva da FCSH, investigadora integrada do CICS.NOVA (UNL) e colaboradora do CLEPUL (UL). Licenciada em LLM - Línguas e Literaturas Modernas (1984), Mestre (1989) e Doutora (1999) em Estudos Comparados Anglo-Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa. Tem orientado os seus trabalhos na linha de Estudos sobre as Mulheres, com publicação na área, tanto em Portugal como no estrangeiro. É editora-chefe de Herança, revista de História, Património e Cultura (Ponteditora).